

GOVERNO UTILIZA ELÉTRICOS DA NISSAN SEM PAGAR

António Costa e Duarte Cordeiro deslocam-se em veículos cedidos gratuitamente ao abrigo de um protocolo de 2018 que deveria vigorar durante um mês mas tem sido sucessivamente renovado. Juristas dizem que estão em causa princípios da concorrência e da transparência. João Paulo Batalha ironiza: "Na vida não há almoços grátis, mas para o Governo há Nissan Leaf grátis". P. 3



Governo utiliza eléctricos da Nissan sem pagar

O primeiro-ministro e o ministro do Ambiente usam carros cedidos gratuitamente ao Governo pela Nissan, apesar de o parque do Estado contar já com dezenas de eléctricos. Especialistas em Direito Administrativo dizem que estão em causa princípios da concorrência e da transparência, embora o Governo garanta que contactou outros fabricantes. João Paulo Batalha ironiza: “Na vida não há almoços grátis, mas para o Governo há Nissan Leaf grátis.”

Filipa Matias Pereira
filipa.pereira@novolapaneews.pt

António Costa chegou ao briefing da Protecção Civil de carro eléctrico, um Nissan Leaf. A notícia do “JN” é de 2019, mas podia ser actual, pois o primeiro-ministro continua a usar o mesmo modelo da Nissan em deslocações oficiais. Uma investigação do NOVO revela que o carro usado por António Costa foi cedido gratuitamente ao Governo ao abrigo de um protocolo com a marca japonesa. Os especialistas em Direito Administrativo ouvidos pelo NOVO levantam dúvidas sobre se o acordo respeita os princípios da concorrência e da transparência.

É num Nissan Leaf preto que António Costa se tem deslocado oficialmente, mas o veículo, confirmou o NOVO, não está registado como propriedade do Estado português. O gabinete do primeiro-ministro confirma que a viatura é “uma das utilizadas em deslocações oficiais” e esclarece que “a Secretária-Geral do Ambiente, no âmbito da divulgação e promoção da mobilidade eléctrica na Administração Pública, tem um protocolo de cedência temporária de veículos com a Nissan Iberia”. Um destes veículos, indica o gabinete, foi cedido à Secretária-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM), que o disponibilizou ao primeiro-ministro.

Na base da cedência está o acordo, celebrado a 31 de Outubro de 2018, entre a Nissan Iberia e a Secretária-Geral do Ambiente e da Transição Energética, tutelada pelo Ministério do Ambiente, na altura sob a alçada de Matos Fernandes, que prevê a “cedência temporária”, a “título precário e gratuito”, de três Nissan Leaf, durante um mês, podendo ser



renovado. No documento, assinado pela secretária-geral do Ambiente, Alexandra Ferreira de Carvalho, justifica-se o acordo com o “intuito de divulgar as vantagens e os benefícios da mobilidade eléctrica”. Quanto à escolha do parceiro, refere-se apenas que “a Nissan é líder mundial de mobilidade eléctrica, nomeadamente através do Nissan Leaf, o eléctrico mais vendido de sempre a nível global”.

O acordo teve impacto mediático, pois Matos Fernandes e João Galamba, à data secretário de Estado da Energia, marcaram presença na assinatura do protocolo e foram fotografados com António Melica, director-geral da Nissan em Portugal, a receber as chaves dos carros. Quatro anos depois, a Nissan está no top cinco das marcas de eléctricos mais vendidos no país. E foi a mais escolhida por quem recebeu cheques do Estado para carros eléctricos, de acordo com dados deste ano do Ministério do Ambiente.

Concorrência levanta dúvida

Portugal assumiu o compromisso de atingir a neutralidade carbónica até 2050 e, por isso, aprovou o Programa de Mobilidade

Sustentável para a Administração Pública, pelo qual o Estado deve ter uma frota descarbonizada até 2030, com veículos de emissões zero. O portal BASE mostra que o Estado já comprou e alugou dezenas de eléctricos.

Certo é que, apesar de o parque do Estado contar com diversos eléctricos, o Governo, quatro anos após celebrar o protocolo com a Nissan que seria de um mês, ainda utiliza viaturas cedidas gratuitamente pela marca. Nos documentos anexos ao protocolo, é indicado que um dos três Nissan Leaf entregues ao Executivo em Outubro de 2018 foi devolvido a 18 de Março de 2019, enquanto as outras duas viaturas foram trocadas duas vezes desde então. Uma delas, confirmou o Ministério do Ambiente ao NOVO, é usada pelo ministro do Ambiente, e a outra alocada ao gabinete do primeiro-ministro.

Face à visibilidade acrescida de que a Nissan beneficia por ter carros usados por governantes, o NOVO questionou o Ministério do Ambiente, agora tutelado por Duarte Cordeiro, se foram celebrados protocolos semelhantes com outras marcas, ou feito um concurso público. O gabinete do

governante diz que, não havendo encargo financeiro, não há obrigatoriedade de concurso público e indica que não celebrou mais protocolos, juntando que outras “empresas fabricantes de automóveis, contactadas em 2018, não manifestaram essa vontade, nomeadamente a Citroën, a Peugeot, a Tesla, a BMW. Além disso, nenhuma empresa depois dessa data manifestou interesse”.

Justifica ainda que em 2018 fez uma reunião com a Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico (APVE) e diz o Ministério que outras marcas têm visibilidade idêntica, pois na “Administração Pública central e local são utilizadas viaturas eléctricas”, mas estas alugadas no âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Eléctrica.

Já sobre o facto de o protocolo de um mês durar, afinal, há quatro anos, o Ministério alega que este podia ser renovado. Essas renovações mensais, porém, não estão formalizadas por escrito nos documentos enviados pelo Governo ao NOVO.

Embora o Governo garanta que contactou outras empresas, a forma como o fez é questionada por especialistas em Direito Administrativo. O advogado Paulo Veiga e Moura defende que, “se era intenção do Governo promover a mobilidade, deveria, para respeitar o princípio da concorrência, ter feito uma divulgação pública e não, como aconteceu, ser o Ministério a contactar algumas empresas”. Isso leva o especialista a considerar que, neste protocolo “não foram respeitados os princípios da concorrência e da transparência”, e que o “Governo está, de forma encapotada, a fazer publicidade aos carros de uma empresa, com todas as vantagens que esta terá”.

A opção de fazer um protocolo directo com a Nissan e não um

contrato, o que obrigaria a respeitar regras da contratação pública, é ainda levantada por Nuno Pinto Coelho de Faria, especialista em Direito Administrativo. “Deve haver uma explicação clara, objectiva e concreta, em prol dos princípios de legalidade, de transparência e de concorrência, para que o modelo utilizado tenha sido uma figura de protocolo e não uma figura contratual”, diz.

Posição idêntica tem Gonçalo Guerra Tavares, advogado da CMS Rui Pena & Arnaut. Reconhecendo que a gratuidade do protocolo “não implica a sujeição aos procedimentos do Código dos Contratos Públicos”, alerta que, “se decorrer um qualquer benefício económico, como a publicidade, seria questionável a não sujeição aos procedimentos do Código”. Diz ainda que “importa avaliar se esta liberalidade se poderá subsumir nos casos de ofertas reguladas no Código de Conduta do Governo”. No diploma, o regulador prevê que “os membros do Governo abstêm-se de aceitar a oferta, a qualquer título, de pessoas singulares e colectivas privadas”, mas abre a porta a que sejam aceites se forem “apresentadas à respectiva secretária-geral”, como no caso.

Além de questões legais, João Paulo Batalha, vice-presidente da Frente Cívica, classifica como “bizarro” o facto de o “Governo ter andado a contactar empresas para ver quem queria oferecer carros. Todos disseram que não, menos a Nissan. A questão é saber por que critério a Nissan acha boa ideia oferecer carros ao Executivo quando todas as outras marcas, por um critério de bom-senso, entenderam que não deveriam oferecer o produto que têm para vender. Na vida não há almoços grátis, mas para o Governo há Nissan Leaf grátis”.

Contactada pelo NOVO, a Nissan esclarece que, “em resposta a uma iniciativa da APVE e no âmbito do Programa de Apoio à Mobilidade Eléctrica, a Nissan Iberia estabeleceu, em 2018, um acordo de cedência com a Secretária-Geral do Ambiente para a cedência de dois Nissan Leaf. Este acordo prevê a sua renovação e não foi denunciado por nenhuma das partes”.

O NOVO contactou também o gabinete do primeiro-ministro, bem como a SGPCM e a Autoridade da Concorrência, mas não obteve respostas em tempo útil.